

Economia

TRABALHO

Desemprego cai na Capital e na Região Metropolitana

Apesar do aumento da ocupação, cenário de deterioração permanece

Adriana Lampert

adriana@jornaldocomercio.com.br

A taxa de desemprego caiu de 10,5% em abril para 10,2% em maio na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), e houve aumento da ocupação em todos os setores da economia. A indústria de transformação absorveu 12 mil novos empregados (4,5%) - mesmo número registrado no setor de serviços, que teve alta de 1,2% frente ao mês anterior; enquanto a construção respondeu por mais 6 mil ocupados (crescimento de 5,2%); e os segmentos de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas ampliaram em 1,3% na quantidade de trabalhadores (com mais 4 mil pessoas ocupadas). No total, foram menos 3 mil pessoas em busca de ocupação (198 mil em abril), totalizando 195 mil desempregados em maio.

Mas ainda não dá para dizer que o pior já passou, afirma a coordenadora da Pesquisa de

Emprego e Desemprego (PED-RMPA) pela Fundação de Economia Estatística (FEE), Iracema Castelo Branco. "Apesar do aumento da ocupação em maio, o cenário de deterioração do mercado de trabalho se mantém, com retração do emprego em 4,8% frente ao mesmo período de 2015 - a maior queda da taxa registrada em maio desde 1992", explica. Segundo Iracema, os resultados se mantiveram "levemente recuados" em maio, devido à elevação do nível ocupacional - que foi de mais 35 mil trabalhadores (ou 2,1%) - ter superado o volume de ingresso de pessoas no mercado, registrado em 32 mil (ou 1,7%).

Iracema destaca que é preciso cautela ao observar este resultado, antes de se afirmar que o mesmo represente um indicativo de retomada do crescimento econômico. A estatística lembra que, em 2015, o segundo semestre foi pior do que o primeiro, o que, até então, era incomum. Para emba-

sar este pensamento, basta observar a pesquisa completa, que aponta que o nível de renda dos trabalhadores continua negativo, com redução do salário médio de -1,2% para o total de ocupados, -2,7% para trabalhadores autônomos e -0,3% para assalariados. Em termos monetários, esses rendimentos passaram a corresponder a R\$ 1.932,00, R\$ 1.701,00 e R\$ 1.849,00, respectivamente.

O resultado é uma massa salarial 16,8% menor que em maio do ano passado. "Com menos recursos, fica difícil acreditar que ocorra uma retomada de consumo, a exemplo do último ciclo de crescimento econômico do País, e que estas taxas se mantenham estáveis a longo período." Frente a maio de 2015, houve redução de 86 mil ocupados - sendo que apenas a construção civil obteve crescimento da variação do nível de emprego no acumulado do ano. Na avaliação de Iracema, entre a estabilidade e o crescimento da



Indústria absorveu 12 mil novos empregados em maio, mostra a PED

atividade econômica ainda haverá um "longo período".

A PED é realizada há 24 anos e apresenta dados (obtidos em 250 mil domicílios por mês) que monitoram o cenário do mercado de trabalho de cada região. "Poucas pesquisas no País possibilitam esse recorte de análise que a pesquisa da PED proporciona", indica Iracema, ao destacar o registro da retração do nível de renda das famílias que vem ocorrendo há alguns meses. Atualmente, a continuidade da pesquisa está ameaçada por conta do final de convênio com o Ministério do Trabalho, sem que o governo federal tenha sinalizado certificação de que manterá o or-

çamento (de R\$ 1 milhão/ano) destinado para sua realização. "Este valor é fundamental para que seja realizado em campo", explica a Coordenadora Técnica do Sistema PED, Lúcia Garcia.

Segundo Lúcia, uma delegação da Fundação Gaúcha do Trabalho (Fgtas) esteve ontem em Brasília para resolver esta questão. Desde 1993, o governo federal destina recursos para apoiar a PED, para compor o Sistema Público de Emprego. "Todas as políticas públicas (como seguro-desemprego, piso regional e Programa Primeiro Emprego, entre outras) que o trabalhador enxerga no balcão do Sine se estende à pesquisa."

IBGE vê mercado de trabalho em ciclo vicioso, com diminuição nos rendimentos

O mercado de trabalho está em um ciclo vicioso, com perda de rendimento e queda na qualidade do emprego, afirmou o coordenador de Trabalho e Rendimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cimar Azeredo. Segundo ele, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada ontem, mostra que o trabalho por conta própria já não absorve

a perda no emprego com carteira assinada.

O contingente de empregados no setor privado com carteira assinada somou 34,444 milhões de pessoas no trimestre móvel até maio, 1,520 milhão a menos (queda de 4,2%) do que em igual período de 2015. Já a ocupação como "trabalhador por conta própria" cresceu em 952 mil pessoas (4,3% a mais) na mesma comparação.

"Para onde estão indo esses trabalhadores que perdem a carteira de trabalho? Parte expressiva dessa população está montando o próprio negócio e trabalhando por conta própria. Só que esse canal está cada vez menor. A saída da informalidade está se complicando", afirmou Azeredo.

Outro sinal de perda de qualidade no emprego é o aumento das populações ocupadas em ati-

vidades tradicionalmente marcadas pela informalidade e precariedade, como "alojamento e alimentação" e "serviços domésticos". Em um ano, os contingentes ocupados nessas atividades cresceram em 180 mil pessoas (mais 4,1%) e 390 mil pessoas (mais 6,5%), respectivamente.

Azeredo avaliou o atual momento do mercado de trabalho no País. "Você tem hoje um mercado

que não contrata e dispensa trabalhadores com carteira", afirmou. Com mais desempregados e renda menor, a capacidade de consumo das famílias seguiu em baixa até maio. O coordenador destacou que a Pnad Contínua do trimestre móvel até maio ainda capta efeitos da demissão dos trabalhadores temporários, tradicionalmente contratados no fim do ano e, em geral, demitidos até março.

INFLAÇÃO

IGP-M registra maior taxa para o mês de junho desde 2008, segundo a FGV

O Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M), considerado a inflação do aluguel, mais que dobrou em junho. A taxa ficou em 1,69% em junho frente ao 0,82% de maio - quando já tinha subido com força ante abril. O resultado é o mais alto para o mês desde 2008 (1,98%). Em igual mês do ano passado, a taxa foi de 0,67%. Nos 12 meses encerrados em junho, a alta foi de 12,21% frente a 11,09% um mês antes. No acumulado do ano, a variação é de 5,91%.

Dois dos três componentes do IGP-M apresentaram alta na

passagem de maio para junho: o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que mede a variação dos preços no atacado e responde por 60% do índice geral, saltou de 0,98% para 2,21%, e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) passou de 0,19% para 1,52%. Já o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), com peso de 30% na taxa geral, desacelerou de 0,65% para 0,33%.

As maiores influências de alta do IGP-M vieram de alimentos como feijão, que subiu 42,60% no atacado e 26,08% no varejo; da

batata-inglesa, que ficou 28,48% mais cara no atacado; assim como do farelo de soja (26,12%).

Dentro do IPA, que passou de 0,98% para 2,21%, os bens finais pularam de 0,21% em maio para 1,65% em junho. O subgrupo alimentos in natura acelerou com muita força, de 2,30% para 9,96%. Sem alimentos in natura e combustíveis, os bens finais variaram 0,74% ante 0,22% no mês anterior.

Já os bens intermediários registraram alta de 1,48% frente a 0,38% em maio, principalmente devido a materiais e compo-

nentes para a manufatura, cuja taxa passou de 0,71% para 2,79%. Sem combustíveis e lubrificantes para a produção, a taxa ficou em 1,80%, ante 0,45% em maio.

As matérias-primas brutas, grupo do estágio inicial da produção, teve alta de 3,66% em junho ante 2,64% no mês anterior. A alta foi puxada por soja em grão (12,38% para 14,82%), bovinos (-2,28% para 0,36%) e suínos (-5,13% para 16,31%). Por outra parte, minério de ferro (3,98% para -3,56%), algodão (em caroço) (3,48% para -6,06%) e milho em

grão (7,93% para 5,65%) desaceleraram ou registraram deflação.

Cinco das oito classes do IPC desaceleraram. A principal contribuição foi de saúde e cuidados pessoais, que passou de 2,21% em maio para 0,67% em junho. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) destacou o recuo na alta dos preços dos medicamentos: de 6,20% para 0,48%. Também reduziram a alta ou deflacionaram alimentação (0,77% para 0,12%), despesas diversas (2,44% para 1,48%), transportes (-0,13% para -0,26%) e comunicação (0,29% para 0,13%).